

/ PALAVRA DO LEITOR

Inflação

O aumento no preço dos alimentos, notadamente das carnes, os impactos do clima e a desvalorização do real ante o dólar são os principais fatores que explicam a inflação oficial de 2024 ter ficado acima do limite máximo da meta estipulada pelo governo, fechando em 4,83% (**Jornal do Comércio**, edição de 13/01/2025). É sério? Um governo que gasta absurdamente mais do que arrecada, e olha que bateu recordes de arrecadação, e a culpa é do clima? Do dólar? Dólar alto é consequência dessa ganstança toda e não a causa. (Ricardo Moreira Nuñez)

Inflação de 2024 fica em 4,83% e estoura teto da meta
 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) registrou em dezembro de 2024 uma alta de 0,46% em relação ao mês anterior, elevando o acumulado em 2024 para 4,83%. O gráfico mostra a evolução da inflação mensal e anual desde 2019, com o teto da meta de 4% em amarelo.

Inflação II

Os alimentos fecharam 2024 com uma inflação de 8,23%. Em 2023 foi de 1,03%. O bom é que as pessoas comem menos e emagrecem, dirão alguns. (Wagner Tomazi)

Resíduos sólidos

A respeito das notas “Resíduos Sólidos” e “Resíduos Sólidos 2” (JC, 06/01/2025), o DMLU esclarece que oferece a coleta seletiva modalidade porta a porta em toda a cidade. Estes resíduos recicláveis são enviados para 17 Unidades de Triagem onde são comercializados, gerando renda para cerca de 600 famílias. Nos próximos meses, a coleta automatizada por contêineres terá um novo contrato, com um sistema mais robusto, para impedir a retirada do resíduo após a inserção no equipamento. (Carlos Alberto Hundertmarker, diretor-geral do DMLU)

Falta de energia

A CEEE Equatorial informou ter investido R\$ 565 milhões no RS de janeiro a setembro de 2024, além de ter contratado mais empregados (JC, 08/01/2025). No início de janeiro, consumidores mais uma vez sofreram prejuízos e sérios inconvenientes com elevadores parados, impossibilidade de trabalho online, falta de água, etc. A empresa alega que tem investido, mas falta qualidade ou supervisão nos consertos. Exemplo concreto viu-se na rua Gonçalves de Carvalho, com 44 horas sem energia, porque no primeiro dia a equipe de avaliação não especificou e veio um veículo inadequado ao estrago na rede, no segundo dia não substituíram os cabos arrebentados e só no terceiro, às 15h45min, os novos foram instalados. (Dione A. Soares)

Usina de Candiota

Mesmo com a termelétrica Candiota 3 tendo sido desligada no dia 1º de janeiro, depois do término do seu acordo de comercialização de energia, a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) formalizou a prorrogação do contrato de fornecimento de carvão para a usina por mais 60 dias, até o dia 28 de fevereiro de 2025 (JC, 07/01/2025). Estas usinas são todas controladas e não poluem como um monte de ambientalistas afirmam. (Joel Robinson)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Plano diretor e conforto urbano

Adelli Sell

O Plano Diretor de Porto Alegre está há quase seis anos atrasado, para cumprir as determinações do Estatuto da Cidade. De acordo com suas diretrizes (Lei Federal 10.257/2001), é de responsabilidade do Executivo Municipal a realização de revisão do Plano Diretor a cada 10 anos.

Apesar de ter assumido o seu segundo mandato, neste ano, nada mais foi afirmado sobre a data de envio de proposta para a Câmara Municipal, que deve ter uma Comissão Especial de 12 vereadores para sua análise prévia.

Em Porto Alegre, vezes e vezes, de forma exaustiva e até cansativa, o debate corria em torno das alturas das edificações, recuos e área permeável.

É forçoso entender que este tripé é importante para uma parte do Plano Diretor, mas antes de tratar das Edificações o Plano deve tratar da configuração da cidade, sua economia, sua preservação ambiental, sua drenagem (ainda mais diante da crise climática e das catástrofes que vivenciamos).

Nunca se discutiu de fato a questão do direito à paisagem, tudo se cingindo ao simples direito de vizinhança, deixando ao largo este importante marco legal.

Apareceu por insistência nossa e de alguns poucos quando da proposta de um espigão ao lado do Museu Júlio de Castilho, das torres que seriam construídas ao lado do Estádio Beira-Rio e

agora no caso de uma edificação no Menino Deus.

Além do direito à paisagem, tem o tema do “conforto urbano”, no qual se insere o direito à paisagem.

O conforto urbano liga a paisagem física e social com as experiências com os valores de sociabilidade, como os culturais e sociais.

Este pode ser estudado por meio de índices que interpretem as características qualitativas de ambientes urbanos. A leitura e representação dos fenômenos ambientais urbanos são utilizadas para projetar e intervir no ambiente construído. Alguns fatores seriam: acesso ao sol, ventilação, acústica, ofuscamento, geometria, superfícies, vegetação, entre outros.

A presença de vegetação adequada, autóctone, no espaço urbano pode ajudar a reduzir o desconforto térmico. O conforto térmico é um estado físico que equilibra a temperatura de um ambiente, evitando o desconforto das pessoas que estão ali. O conforto térmico é importante porque afeta a forma como nos relacionamos com o ambiente e o desempenho das nossas atividades diárias

Ex-vereador, bacharel em Direito e professor

Cabe ao Executivo municipal a realização de revisão do Plano Diretor a cada 10 anos

Otimismo e cautela na construção civil

Maurício Teixeira

Desafios e oportunidades são as palavras-chave para o setor da construção civil em 2025. Em 2024, o crescimento da área no Rio Grande do Sul acabou sendo menor do que o projetado, especialmente por consequência das enchentes que assolaram o nosso Estado. Isso porque a construção civil não se restringe a construção de prédios, mas está presente na saúde, educação, áreas públicas e em toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento urbano, social e cultural dos municípios.

Agora, assim como em outros setores, o momento da retomada é o que motiva gestores e empresários para 2025, quando, de acordo com o Sinduscon-RS, o Estado deve receber investimentos na casa de R\$ 100 bilhões para a retomada da sua infraestrutura.

O otimismo é real, mas também é necessário olhar para o futuro com atenção e cautela. Embora o setor apresente avanços, a volatilidade dos preços de insumos continuará sendo um desafio. A

inflação global, a escassez de materiais e os custos de transporte exigirão que as empresas busquem alternativas para manter a competitividade. Além disso, o setor segue cerca de 16% abaixo do pico de suas atividades, registrado em 2014.

No panorama nacional, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) projeta um crescimento de 4,1% nas atividades do setor. Contudo, para que a previsão se confirme, é fundamental a criação de um ambiente de negócios favorável e o cenário econômico ainda é marcado por incertezas, com a inflação projetada acima do teto da meta e elevação das taxas de juros. Outro dado que preocupa é do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que registrou alta de 6,34% nos últimos 12 meses, superando a inflação oficial de 4,87%.

A construção civil é um setor essencial para a economia brasileira. Para 2025, o cenário econômico do País será marcado por grandes desafios, como já estamos observando, mas também será a oportunidade para impulsionar setores estratégicos. É necessário reduzir a burocracia, aumentar o acesso ao crédito e diminuir os altos custos de construção, entraves que precisam ser superados para garantir o crescimento sustentável do setor.

Diretor da GMA Sul Engenharia